

Emenda propõe impedimento a presidente enternido

A iniciativa é do senador Itamar Franco, apresentada na Comissão de Organização dos Poderes

Candidatos a cargos públicos importantes, sobretudo se for a Presidência da República o posto em questão, devem aparecer sempre saudáveis, escondendo eventuais doenças a qualquer preço. Esta é a primeira lição da cartilha não escrita que vem regendo a vida política brasileira há dezenas de anos. Por seguir à risca, Tancredo Neves e Petrônio Portella terminaram morrendo prematuramente, enquanto o ex-presidente Delfim Moreira governou senil sem que o País o soubesse e Juscelino Kubitschek foi vítima de um enfarte do qual seus eleitores só tomaram conhecimento tempos depois.

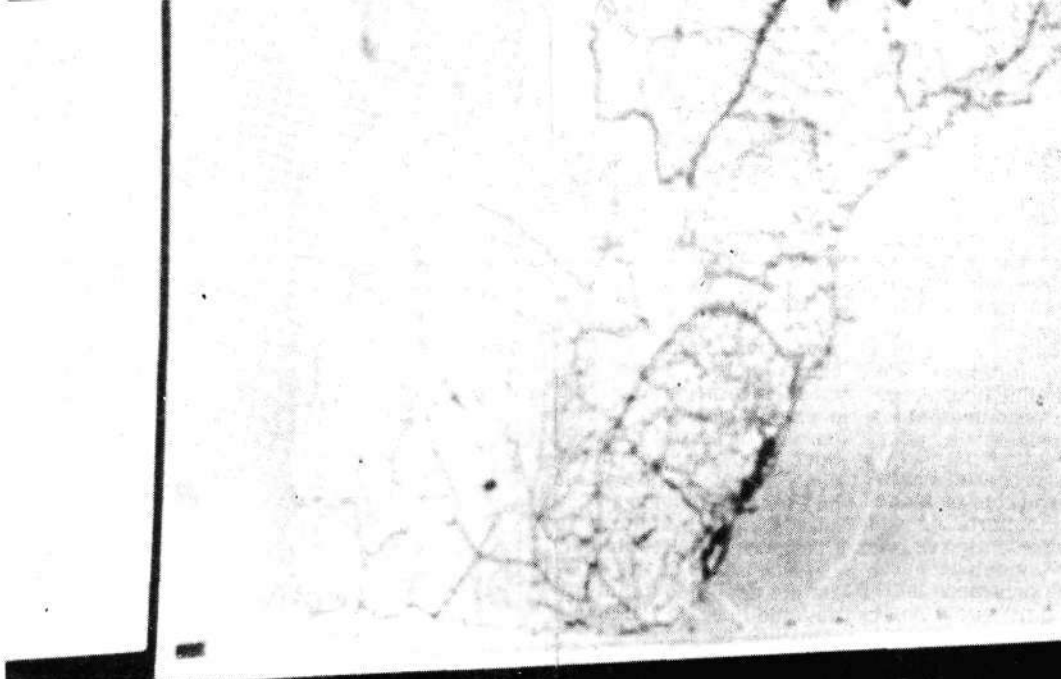
Em emenda apresentada à Comissão de Organização dos Poderes o senador Itamar Franco (PL-MG) decidiu formalizar esta velha lição. O texto da proposta é o seguinte: "Constitui impedimento para o exercício da Presidência da República encontrar-se o respectivo titular acometido de distúr-

bio cardiovascular ou síndrome neurológica; ou privado de plenitude de suas funções intelectuais, seja por motivo de enfermidade, seja em razão do uso de medicamentos que causem tal efeito".

O senador mineiro é autor de outras emendas interessantes àquela Comissão. Uma delas é a que atribui ao Congresso o controle do uso da energia nuclear, que deve destinar-se "exclusivamente a fins pacíficos". Ele também propõe que a exportação ou o simples trânsito pelo território nacional de material bélico fiquem sujeitos a prévia autorização do Parlamento.

Entre as mais de cem emendas encaminhadas até ontem à noite ao grupo de Organização dos Poderes, o deputado Antônio Salim Curiati propôs que o número de cadeiras na Câmara seja limitado a 203, enquanto Maguito Vilela quer reduzir os mandatos dos senadores dos atuais oito para quatro anos.

GIVALDO BARBOSA



Thomaz Nonô e José Richa conversam enquanto aguardam quorum para o início da reunião

Comissão da Ordem Social

José Murad luta contra privatização da saúde

"Eles querem manter os convênios e com isso nós não concordamos". Ao fazer esta afirmação, o deputado José Elias Murad (PTB-MG) criticou os constituintes que defendem a participação da iniciativa privada na prestação de serviços de saúde. De acordo com o anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, o Poder Público seria responsável pela prestação de assistência à saúde, através de uma rede regionalizada e hierarquizada que constituiria um sistema único.

De acordo com a proposta, "o setor privado de prestação de serviços de saúde pode colaborar na cobertura assistencial à população, sob condições estabelecidas em contrato de direito público, tendo preferência e tratamento especial as entidades sem fins lucrativos". Com isso, a rede hospitalar privada, que hoje quase toda atende através de convênio com o Inamps, perderia os convênios, já que a assistência seria prestada pela rede pública.

Uma outra questão que provocou polêmica no debate do anteprojeto na Comissão da Ordem Social foi a que permite ao Poder Público intervir e despropriar os serviços de saúde de natureza privada. O deputado Mattos Leão (PMDB-PR) criticou a proposta e vários deputados o apoiaram.

Já com relação às empresas multinacionais, que ficam proibidas de explorar os serviços de assistência à saúde no Brasil, a proposta não divide os integrantes da Comissão da Ordem Social. Pelo menos durante os debates, nenhum constituinte defendeu as multinacionais.

Comissão do Sistema Tributário e Finanças

A esquerda e a direita vão terminar empatadas

A guerra que será travada a partir de segunda-feira entre os segmentos progressistas e moderado-conservador na Comissão do Sistema Tributário e Finanças deverá acabar empatada. Esta, pelo menos, foi a previsão feita ontem pelo empresário e senador Ivan Bonatto (PFL-SC), para quem o anteprojeto a ser elaborado pelo deputado José Serra (PMDB-SP) resultará de uma ampla negociação.

rem ao seu alcance, a reapresentação de emendas não aproveitadas pelos relatores das subcomissões de tributos, participação e distribuição das receitas; de orçamento e fiscalização financeira; e do sistema financeiro.

Independente da previsão de que esquerda e direita abrirão um amplo processo de negociação no âmbito da Comissão do Sistema Tributário e Finanças, o senador Ivan Bonatto reconheceu que o projeto a ser enviado à Comissão de Sistematização representará, apenas, uma tendência constitucional, não podendo ser avaliado como uma peça definitiva.

Em função do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, reconheceu Bonatto, o perfil da futura Carta só começará a ser efetivamente traçado quando da votação, em nove de julho, do primeiro projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, que receberá emendas de todo o tipo por parte dos parlamentares.

Essa consciência, compartilhada igualmente pela liderança do PMDB na Constituinte, vai determinar, nos próximos dias, uma ampla negociação partidária interna destinada a amenizar a rivalidade hoje existente entre o relator José Serra e o deputado Fernando Gasparian. Para o líder peemedebista Mário Covas, os choques entre ambos vêm prejudicando, acima de tudo, o próprio partido.

EUGENIO NOVAES



Genoino, Passarinho e Prisco: reunião de opositores

Comissão de Organização do Estado

Consenso sobre município forte

A discussão do anteprojeto do relator da Subcomissão dos Municípios e Regiões não ocupou nem por um segundo os membros da Comissão de Organização do Estado, ontem à tarde. A reunião, que já começou com quase uma hora de atraso, aguardando quorum, terminou em menos de cinco minutos, depois que o presidente da comissão, deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) reiterou sua declaração de que a Mesa estava aberta ao debate em torno do texto final do deputado Aloysio (PLF-PA), que trata principalmente do fortalecimento dos municípios e regiões brasileiros. Este resultado leva a crer, diante da discussão da última reunião, sobre a rediivisão territorial do Brasil e da autonomia política do Distrito Federal, que pelo menos na matéria não discutida há o consenso esperado pelo presidente e pelo

relator da comissão, senador José Richa (PMDB-PR).

Esta é também a opinião do deputado Waldeck Ornelas (PFL-BA), que integrou a Subcomissão dos Municípios e Regiões e teve uma de suas emendas ao anteprojeto aprovada e colocada como Capítulo II das Disposições Gerais, que trata das Regiões de Desenvolvimento Econômico. Para ele, a falta de discussão sobre o texto de Aloysio Chaves indica o que já se esperava: "Todos querem o fortalecimento dos municípios, a autonomia das câmaras de vereadores e o pleno desenvolvimento regional", ressaltou.

O anteprojeto, que não gerou discussão, prevê a criação, pela Constituição Municipal, de conselho de ouvidores, constituído de representantes da comunidade, que atuará como órgão subsidiário de controle da atividade municipal. A nível regional,

a sugestão do deputado Waldeck Ornelas, aprovada pelo plenário da subcomissão, propõe a instituição de conselhos deliberativos dentro de superintendências regionais de desenvolvimento e que, segundo ele, é um fato novo em termos de Constituição.

Esses conselhos de desenvolvimento, conforme explica Waldeck Ornelas, não atuarão como entidades políticas autônomas, mas serão mecanismos de desconcentração das competências da União. "O País é bastante heterogêneo, com cada região apresentando configuração diferente e tendo também necessidades orçamentárias específicas e potencialidades distintas. Fortalecer esta consciência regional é também uma forma de contribuir para o desenvolvimento nacional", acrescentou.

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Sem quorum, reunião é suspensa

Novamente faltou quorum para que a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher se reunisse ontem. Desta vez, entretanto, uma explicação chegou a circular entre as pessoas que aguardavam o início dos trabalhos: por se tratar da Comissão do Homem e da Mulher, os constituintes seguiram à risca o que sugere o nome. Assim, apenas um homem e uma mulher compareceram à reunião, pelo menos em sua primeira meia hora:

a deputada Anna Maria Rattes (PMDB/RJ) e o deputado Aécio Neves Cunha (PMDB/MG). Na comissão, afinal, foi atingida a igualdade que as mulheres sempre pregaram.

A partir das 15h30 começaram a chegar mais constituintes, mas uma hora depois já não havia dúvida: a reunião estava suspensa, uma vez que apenas dez constituintes haviam assinado o livro de presença. A deputada Anna Maria Rattes protestou contra a falta de quorum

e a sistemática adotada na comissão. "Acho que deveríamos ter aproveitado essa semana para discutir a forma do projeto de maneira ampla, e não emendas e os relatórios. Na minha opinião, é preciso definir o que vem em que lugar no anteprojeto que a comissão vai elaborar. Pessoalmente acho que deveríamos abrir com os direitos individuais, depois os coletivos, os políticos e as garantias. Somente então incluiríamos a questão da soberania e do Estado", argumentou.

Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

Alterado o prazo para emendas

Por causa da falta de quorum, um problema que vem dominando todas as suas reuniões, a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação suspendeu ontem mais cedo a reunião da manhã e não realizou a da noite, só retomando suas atividades a partir de 10 horas de segunda-feira. Vai concluir os debates do anteprojeto da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Também por causa da omissão de uma emenda do senador Pompeu de Souza naquele anteprojeto, o presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL/PB), foi obrigado a

alterar o calendário para o recebimento de emendas. Começou ontem e vai até quarta-feira. No primeiro dia foram apresentadas 61 emendas, mas a previsão é de que esse número cresça bastante, devido a abrangência dos temas — no total de onze — que a comissão tratará.

A deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) reapresentará uma emenda tratando do Conselho de Comunicação e de um Conselho Editorial. Mas ao contrário das evidências do primeiro dia de reunião, ela e o deputado Aroldo Oliveira (PFL/RJ) decidiram não mais trocar farpas nem levar adiante a representação que fizeram por causa

do episódio de substituição da deputada na subcomissão, onde funcionava como relatora.

Na segunda e terça-feira próximas a comissão concluirá os debates em torno dos anteprojeto das subcomissões, quando passará a ouvir autoridades sobre temas específicos. Há uma lista de sugestões mais ainda não foram definidos os convidados. Até domingo, dia 7, o relator, deputado Artur da Távola (PMDB/RJ) concluirá seu parecer para apresentar ao plenário no dia seguinte. As sessões de votação começam dia 11. Uma semana depois a presidência marcou para remeter o trabalho final à Comissão de Sistematização.

Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições

Rolleberg defende fim do voto de liderança

O fim do voto de liderança. Isto é o que quer o deputado Francisco Rolleberg (PMDB-SE), que apresentou emenda à Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições segundo a qual "o ato de votar é pessoal e indelegável". Na justificativa, ele afirma que entre as práticas legislativas que mais têm concorrido para o desprestígio do Poder Legislativo e para a deformação da imagem do parlamentar está o voto de liderança, e sustenta que a Constituição deve prever que o ato de votar não pode ser delegado a ninguém, "antes que norma regimental menos refletida possa consagrar uma prática repudiada pela opinião pública".

Até ontem à tarde, a comissão havia recebido 58 emendas, a maioria pretendendo alterar o relatório da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. O PT bateu o recorde na apresentação de propostas: 32, assinadas pelos deputados José Genoino (SP) e Paulo Delgado (MG). Apesar de ser autor de 19 emendas, Genoino concentrará seus esforços na aprovação de seis delas que, ao suprimirem expressões ou dispositivos do relatório, tornariam o anteprojeto de Defesa do Estado, em sua opinião, "minimalmente democrático".

O deputado do PT quer garantir a revogação das possibilidades de o Estado de Defesa ser

decretado em caso de perturbações cuja gravidade não exija a decretação do Estado de Sítio, e de o Estado de Sítio ser decretado na hipótese de "atos para os quais seja ineficaz o Estado de Defesa". Quer ainda assegurar a supressão de expressão segundo a qual rejeitado o Estado de Defesa pelo Congresso, os atos praticados durante a sua vigência serão válidos. Genoino vai lutar também para que as Forças Armadas não sejam responsáveis pela garantia da lei e da ordem, para que as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros não sejam forças auxiliares e reserva do Exército, e finalmente para que seja possível habeas-corpus nas transgressões disciplinares militares.

Várias emendas tentam alterar as atribuições das Polícias Civil e Militar, e outras pretendem manter as eleições proporcionais. Uma, de Paulo Delgado, prevê eleições para Presidente da República, senadores e deputados federais até seis meses após a promulgação da Constituição, e outra, de Ruy Nedei (PMDB-RS) quer garantir um mandato de cinco anos para os presidentes da República. Há também uma proposta inusitada: a do deputado Fábio Raunheiti (PMDB-RJ), estabelecendo a doação, ao Instituto dos Advogados Brasileiros, de terreno situado no Rio de Janeiro.

Só banco nacional pode captar recurso

São Paulo — Os bancos de investimento, que são autorizados pela legislação em vigor a se associar em até 33 por cento do capital votante com instituição financeira internacional, terão de ser integralmente nacionalizados para poder continuar operando e captando recursos no mercado nacional, caso seja aprovada, em instância final, o relatório do sistema financeiro da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou ontem o relator da Subcomissão, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Essa medida, explicou Gasparian, é decorrente da inclusão no relatório, da Subcomissão de Finanças da proibição dos bancos estrangeiros de captar depósitos à vista e a prazo no mercado brasileiro. Na me-

dida em que essas instituições estrangeiras não sejam mais autorizadas a emitir certificados de depósitos bancários (CDB's) ou de abrir conta bancária, disse o parlamentar, essa situação necessariamente terá de ser estendida para os bancos de investimento que mantêm associação com capital estrangeiro.

— Na minha opinião, os bancos de investimentos terão de se desfazer de seus sócios estrangeiros para poder continuar atuando no mercado — assinalou Gasparian. No modelo que a subcomissão da Assembleia Constituinte está imaginando para o sistema financeiro, o papel dos bancos estrangeiros será muito reduzido, afirmou.

Tinoco defende mais verba para Nordeste

O deputado José Tinoco (PFL-PE) vai reapresentar, na Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, propostas de sua autoria que inclui a arrecadação do IOF e do Finsocial entre os impostos distribuídos aos Estados e municípios através dos Fundos de Participação. A emenda, rejeitada na subcomissão, vai elevar consideravelmente o volume de verbas transferidas aos Estados do Norte e do Nordeste.

Diz a proposta que a União distribuirá 43% da arrecadação dos impostos através de Fundos de Participação dos Estados e Distrito Federal (18,5%), do Fundo de Participação dos Municípios (22,5%) e ainda dois por cento às regiões Norte e Nordeste. Com isso, José Tinoco pretende elevar não somente o bolo a ser dividido como também destinar uma parcela especificamente ao Norte e Nordeste.

Machado cobra os deveres do cidadão

O deputado Gilson Machado, do PFL de Pernambuco, identificou ontem duas tendências conflitantes na elaboração do texto constitucional, que "poderão desfigurar as instituições e transformar o Brasil numa nação perplexa e incapaz de compreender o seu próprio destino". E que, segundo o parlamentar, as disposições até agora propostas "avançam na direção de um exacerbado individualismo, onde o cidadão aparece portador de direitos e garantias excepcionais, e o Estado apenas consegue ser titular de deveres".

Sustenta Machado que "o legislador constitucional age bem quando defere direitos e garantias essenciais ao cidadão, mas precisa estabelecer, também, disciplinas que o levem a entender os seus deveres sociais e praticar os atos de colaboração para maior eficácia do Poder Público".

CONTROLES EXCESSIVOS

As subcomissões que trataram do assunto não receberam qualquer sugestão "no sentido de atribuir ao cidadão certos deveres indispensáveis, como o de colaboração com os agentes do Poder Público, na realização de seus serviços essenciais, e o de prestar obediência àquelas posturas sancionadas pelo interesse público, como a de zelar pelo patrimônio coletivo e ajudar na manutenção das condições de higiene públicas", diz o deputado Gilson Machado.



Gilson Machado

Assegura o parlamentar que, enquanto assim acontece, o Poder Público e as ações do Estado estão sendo "submetidos a controles sociais rigorosos, tanto pelo indivíduo, isoladamente, quanto por associações civis, entidades sindicais, organizações comunitárias e outras que os próprios constituintes estão criando".

Desse modo, segundo Gilson Machado, o Brasil irá ter o perfil de uma Nação ao mesmo tempo capitalista e socialista, o que se "constitui numa contradição prejudicial aos interesses gerais da sociedade brasileira".